



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PRONERA**

**CLEOMA INÁCIO LIMA SANTOS**

**TRANSPORTE ESCOLAR NO MEIO RURAL: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE  
JUARINA (TO)**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**  
**2025**

**Cleoma Inácio Lima Santos**

**Transporte escolar no meio rural: a realidade do município de Juarina (TO)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
UFT – Universidade Federal do Tocantins –  
Campus Universitário de Miracema do Tocantins,  
para obtenção do título de Bacharelado em  
Serviço Social/Pronera.

Orientadora: Profa. Dra. Josenice Ferreira dos  
Santos Araújo

Miracema do Tocantins, TO

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S237t Santos, Cleoma Inácio Lima.  
Transporte escolar no meio rural: a realidade do município de Juarina (TO). / Cleoma Inácio Lima Santos. – Miracema, TO, 2025.  
22 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social -  
Proneira, 2025.

Orientadora : Josenice Ferreira dos Santos Araújo

1. Transporte Escolar. 2. Zona Rural. 3. Políticas Públicas. 4.  
Juarina (TO). I. Título

**CDD 360**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

CLEOMA INÁCIO LIMA SANTOS

TRANSPORTE ESCOLAR NO MEIO RURAL: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE  
JUARINA (TO)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Serviço Social/Pronera foi avaliado para a obtenção do título de bacharelado em Serviço Social/PRONERA e aprovado em sua forma final pelo(a) Orientador(a) e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 06/03/2025.

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Josenice Ferreira dos Santos Araújo – Orientadora – UFT

---

Profa. Dra. Maria José Antunes da Silva – Examinadora – UFT

---

Profa. Dra. Ingrid Karla da Nóbrega Beserra – Examinadora – UFT

## RESUMO

O transporte escolar rural é um serviço essencial para os moradores das áreas rurais de Juarina - Tocantins. Para tanto, a presente pesquisa é um estudo de caso que tem a pretensão de apresentar a realidade de alunos desse território no acesso e permanência à política de educação, por meio de dados qualitativos e quantitativos. Esta pesquisa visa revelar que os serviços ofertados pela rede de transporte do município, enfrentam diversos desafios, incluindo veículos antigos e desconfortáveis, falta de cinto de segurança, problemas de manutenção e condições precárias das estradas, o que pode trazer riscos aos alunos no trajeto para as redes educacionais. Metodologicamente, este estudo se utilizou de material teórico e bibliográfico com dados oficiais do IBGE e após a análise deste fenômeno social, a pesquisa aponta alguns desafios e propõe sugestões de melhoria neste serviço social, incluindo a aquisição de veículos novos, investimentos em infraestrutura e capacitação dos motoristas, como também a expansão da frota para inclusão de novos estudantes.

**Palavras-chave:** Transporte Escolar. Zona Rural. Políticas Públicas. Juarina (TO).

## **ABSTRACT**

Rural school transportation is an essential service for residents of rural areas in Juarina, Tocantins. In this context, the present research is a case study that aims to present the reality of students in this territory regarding access to and permanence in educational policy, based on qualitative and quantitative data. This study seeks to demonstrate that the services offered by the municipality's transportation network face several challenges, including old and uncomfortable vehicles, lack of seat belts, maintenance problems, and poor road conditions, which may pose risks to students during their commute to educational institutions. Methodologically, this study was based on theoretical and bibliographic materials, as well as official data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). After analyzing this social phenomenon, the research identifies some challenges and proposes suggestions for improving this public service, including the acquisition of new vehicles, investments in infrastructure, driver training, and the expansion of the fleet to include new students.

**Keywords:** School Transportation. Rural Areas. Public Policies. Juarina (TO).

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: ACESSIBILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL NO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1</b>	<b>A realidade do transporte escolar rural em Juarina – Tocantins .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2</b>	<b>Contexto social do Assentamento P. A. Juarina (TO) .....</b>	<b>11</b>
<b>2.3</b>	<b>Políticas públicas de transporte .....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS NO TRANSPORTE ESCOLAR .....</b>	<b>17</b>
<b>3.1</b>	<b>Condições atuais do transporte escolar .....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>20</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O transporte escolar desempenha um papel crucial para os moradores de Juarina, no estado de Tocantins. Nessa região, é comum que este seja a única forma de atender às necessidades de deslocamento dos estudantes que residem na zona rural do assentamento P. A. Juarina.

Diante disso, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de analisar a situação do transporte escolar no município. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas visitas na comunidade e aplicados questionários aos alunos, pais, educadores e motoristas dos veículos escolares e verificou-se a real situação do principal transporte oferecido pela prefeitura municipal de Juarina aos alunos da rede municipal de ensino.

Na zona rural em relação à materialização da Política de Educação, destacamos que o transporte escolar rural se revela como um serviço essencial para os estudantes que residem nessas localidades, uma vez que viabiliza o deslocamento e o acesso às instituições educacionais.

No entanto, em muitas regiões, incluindo Juarina - Tocantins, território de realização de nossa pesquisa, a situação é alarmante, uma vez que os estudantes enfrentam muitas dificuldades para acesso e permanência nessa política educacional, pois os veículos encontram-se em condições precárias e colocam em risco a vida de muitos estudantes.

Neste artigo, pretende-se investigar a situação dos veículos escolares no Assentamento P. A. Juarina da rede municipal e analisar se existe segurança no deslocamento da residência para a escola e vice-versa, como também refletir sobre os principais desafios enfrentados em relação à falta de infraestrutura nas estradas e a precariedade dos veículos durante o trajeto.

Metodologicamente, tivemos como questões de partida as seguintes indagações: será que os veículos escolares estão adequados ao deslocamento escolar e oferecem segurança suficiente aos estudantes que saem de suas residências e vão às unidades escolares? E as estradas rurais estão em condições de tráfego e oferecem segurança no trajeto para os alunos? Será que os motoristas recebem treinamentos adequados para lidar com emergências em relação aos estudantes dentro dos veículos? E por fim, será que nos veículos são feitas inspeções semestrais?

A experiência que tivemos ao tentar obter informações e dados concretos da Secretaria da Educação de Juarina (TO) foi frustrante e reveladora. A secretária é a responsável por fornecer informações e responder às perguntas ainda que de forma mínima, todavia, durante nossa coleta de dados, a referida secretária alegou não ter tempo para responder às perguntas da pesquisa, justificando que era uma pessoa muito ocupada.

A situação observada revela limitações no acesso às informações públicas e na transparência institucional. A Secretaria de Educação, enquanto órgão responsável pela gestão da política educacional no município, possui o dever de prestar informações e esclarecer questionamentos da comunidade e de pesquisadores.

Entretanto, durante o processo de coleta de dados, verificou-se resistência no fornecimento de informações, sendo alegada indisponibilidade de tempo para responder aos questionamentos apresentados. Tal postura compromete a transparência administrativa e dificulta o acesso a dados relevantes para a compreensão e análise das políticas públicas educacionais no âmbito municipal.

Em síntese, a experiência de coleta de dados revelou uma falta de visibilidade e desrespeito ao cidadão. É importante que as instituições públicas sejam transparentes e responsivas às necessidades da comunidade.

É de suma importância que os servidores públicos recebam treinamentos sobre como lidar com o público e fornecer informações claras e bem acessíveis, e que tenham mecanismos de avaliação, sugestão ou crítica, para que as pessoas interessadas possam fornecer sugestões e críticas.

É fundamental que sejam realizados investimentos no setor de transporte escolar rural para garantir o acesso à educação e contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento da comunidade.

De acordo com o Portal Gov.br, a implementação da política pública de transporte escolar rural é um desafio para muitos municípios brasileiros, especialmente, em áreas remotas (BRASIL, 2018)<sup>1</sup>. No Tocantins, a Resolução Nº 006 de 26 de agosto de 2009 disciplina o transporte escolar no município do estado,

---

<sup>1</sup> Maiores informações, pode ser consultado em: BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O transporte escolar no Brasil. Brasília: FNDE, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/media-pnate/cartilhas-e-manuais/O\\_Transporte\\_Escolar\\_no\\_Brasil.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/media-pnate/cartilhas-e-manuais/O_Transporte_Escolar_no_Brasil.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

notadamente, na zona rural.<sup>2</sup> No entanto, não há dados específicos disponíveis sobre a precarização dos veículos do transporte escolar no meio rural no Tocantins.

Já em nível nacional, a Pesquisa Nacional (Custo Aluno, 2016), destaca-se a importância do transporte rural para garantir acesso à educação. Além disso, o estudo aponta que muitos veículos utilizados no transporte escolar são precários e colocam em risco a vida dos estudantes, como comprovado por dados no artigo sobre “O Processo Evolutivo do Transporte Escolar Rural Brasileiro no modo rodoviário”, publicado na Revista Eletrônica de Engenharia Civil (REEC) em 2016 (CARVALHO; LEITE e NASCIMENTO, 2016).

A pesquisa acima avaliou a evolução do transporte escolar rural no Brasil após a implementação do programa “Caminho da Escola” e dos estudos desenvolvidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com universidades. Como foi feita a nível nacional, a pesquisa abrangeu todo o território brasileiro, com a participação de 450 municípios, e permitiu caracterizar o transporte escolar rural no Brasil. Assim, temos que,

O transporte escolar rural brasileiro passou por um processo evolutivo significativo, especialmente, após a implantação do Programa ‘Caminho da Escola’, que visou melhorar a infraestrutura e os serviços prestados pelo transporte escolar rural no país (CARVALHO; LEITE e NASCIMENTO, 2016, s/p).

Embora o estudo mencionado não seja direcionado especificamente às particularidades do estado do Tocantins, observa-se que a realidade descrita apresenta semelhanças com a vivenciada pelos estudantes do município de Juarina (TO). Nesse contexto, evidencia-se que a insuficiência de investimentos e a fragilidade no planejamento das políticas públicas de transporte escolar podem comprometer a qualidade do serviço ofertado, além de expor os estudantes a situações de risco durante o deslocamento entre suas residências e as instituições de ensino.

Acredita-se que, deveriam ser tomadas medidas efetivas para garantir a segurança e o acesso à educação, especialmente, aos que vivem em áreas rurais e não têm outro meio para chegarem às unidades educacionais. Sabe-se que, muitos desses alunos vêm de famílias carentes e vulneráveis socialmente e com parca

---

<sup>2</sup> Para maiores informações, pode ser consultada a Resolução nº 006, de 26 de agosto de 2009 que disciplina o transporte escolar nos municípios do Estado do Tocantins, notadamente na zona rural. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/335402/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

condição socioeconômica e, infelizmente, moram distantes da escola, tornando-se assim, o transporte escolar o único meio de acesso à educação.

Os resultados da pesquisa demonstraram dentre outros aspectos que, em relação ao gênero, a maioria dos alunos transportados são do sexo feminino, com idades entre 4 e 18 anos, e que os motoristas são predominantemente homens. Além disso, foi constatado que os alunos enfrentam longos períodos de deslocamento até chegarem à escola, com alguns tendo que sair de casa até duas horas antes para pegar o ônibus.

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 205 (BRASIL, 1988) e outras políticas públicas garantem o acesso à educação, incluindo alimentação, esporte, transporte escolar, dentre outras, mas é necessário implementar programas suplementares para garantir esse acesso, observando as suas particularidades.

Por fim, o Governo Federal criou os programas PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Ensino técnico) e Caminho da Escola, para disponibilizar transporte escolar aos alunos da área rural. Porém é muito importante oferecer transporte seguro e de qualidade para garantir o acesso à educação e inclusão social aos alunos. Em relação ao PNATE e o Caminho da Escola aprofundaremos no item a seguir.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO: ACESSIBILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL NO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL**

A teoria da acessibilidade, desenvolvida por Hansen (1959), enfatiza a relevância do acesso a serviços e infraestrutura como elemento fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades. Nesse sentido, a acessibilidade refere-se à possibilidade de indivíduos alcançarem bens, serviços e atividades essenciais em seu cotidiano.

No contexto do transporte escolar, essa perspectiva teórica torna-se particularmente importante, uma vez que o acesso adequado aos meios de deslocamento contribui diretamente para garantir que os estudantes, especialmente aqueles residentes em áreas rurais, possam frequentar as instituições de ensino e exercer plenamente o direito à educação.

A teoria da exclusão social, desenvolvida por Silver (1994), destaca a importância de considerar as múltiplas dimensões da exclusão social. No contexto do transporte escolar, a exclusão social pode ocorrer quando os estudantes não têm acesso a transporte seguro e confiável.

Essas duas teorias fornecem um arcabouço teórico para entender os desafios e obstáculos relacionados ao transporte escolar no meio rural, e para analisar os resultados da pesquisa apresentada neste artigo. Para tanto, iremos debater sobre essas duas categorias no item a seguir.

### **2.1 A realidade do transporte escolar rural em Juarina – Tocantins**

Para refletirmos sobre esse fenômeno social, a pesquisa realizada no município de Juarina (TO), revelou que o transporte escolar é um desafio significativo para os estudantes e suas famílias, especialmente as do âmbito rural e que devem ser observados os seguintes pontos: a maioria dos estudantes precisam percorrer distâncias superiores à 5 km para chegar à escola; os veículos utilizados para o transporte escolar são antigos e não oferecem condições seguras e adequadas para realização do percurso residência-escola, escola-residência.

Para os moradores de Juarina, no estado do Tocantins, especialmente para aqueles que residem na zona rural do assentamento P. A. Juarina, existe uma grande dependência de transporte escolar para se chegar em instituições

educacionais. No entanto, a realidade do transporte nessa região é marcada por desafios e muitos obstáculos cotidianos, os quais descreveremos a seguir.

Acrescenta-se ainda as seguintes situações levantadas durante nossa pesquisa-ação no ano de 2023/2024 no curso de Serviço Social Pronera: a falta de infraestrutura adequada, veículos antigos e malconservados, e a escassez de recursos financeiros (gasolina e salário dos motoristas) sendo estes apenas alguns dos problemas que afetam a qualidade do transporte na comunidade. Além disso, a distância entre as residências e as escolas é um desafio significativo, especialmente para os estudantes que precisam percorrer longas distâncias para chegar à escola.

Diante disso, surge a seguinte pergunta: como melhorar o transporte escolar em Juarina, de forma a garantir que os estudantes tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de sua localização? Esta é uma pergunta central deste artigo, pois busca analisar o transporte escolar em Juarina e identificar melhorias contínuas dos serviços e atendimentos prestados a comunidade local da região.

## **2.2 Contexto social do Assentamento P. A. Juarina (TO)**

O Assentamento P. A. Juarina, localiza-se a 13 km de Juarina, Tocantins, é uma comunidade rural que enfrenta diversas dificuldades em relação ao transporte escolar. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), o município de Juarina tem uma população de aproximadamente 2.305 habitantes, com uma densidade demográfica de 4,64 hb/km<sup>2</sup>.

Além disso, o assentamento é marcado pela precariedade das condições de vida dos moradores, que dependem da agricultura familiar para subsistência. A localização do assentamento, por ser distante da área urbana, contribui para as dificuldades enfrentadas pela comunidade, que soma cerca de 600 pessoas.

A falta de acesso adequado às estradas e a escassez de transporte público tornam a locomoção no assentamento uma tarefa desafiadora, principalmente para os estudantes que necessitam se deslocar até a cidade para frequentar a escola.

Essa situação tem gerado uma insegurança constante para os alunos que residem na zona rural de Juarina. A falta de transporte adequado dificulta o acesso à educação, já que muitas crianças e jovens se encontram impossibilitados de frequentar regularmente as aulas.

Às vezes ocorre que o ônibus passa uma semana sem buscar os estudantes por falta de manutenção, apresentam um estado precário, como: pneus carecas, freios com problemas, problemas mecânicos em geral, bancos e janelas quebrados, aumentando a possibilidade de risco de acidentes e de danos físicos aos usuários<sup>3</sup>.

Essa insegurança é agravada pela falta de investimentos e pela precarização dos serviços ofertados pelo município. A falta de infraestrutura nas estradas rurais dificulta o tráfego de veículos, especialmente, em períodos de muita chuva, tem dias que o ônibus chega a atolar na lama e em estradas sem asfalto e os alunos chegam à escola já no segundo ou até mesmo no terceiro horário.

Em outros casos, tem lugares onde as crianças têm que atravessar a lama e córregos com as roupas na mão para não molhar, em outros casos o estudante tem que caminhar mais de 3 km para poder pegar o carro para ir para a escola, porque o ônibus não entra, ou seja os desafios para usufruir de um direito básico como a educação é repleta de desafios.

Na contradição dialética entre a aparência e a essência muitos culpabilizam a lama como um vilão no período da chuva, mas vê-se que é má gestão da política de transporte e a ausência de outras complexas políticas que não operam adequadamente no território rural e agrava-se ainda mais nos períodos chuvosos nos assentamentos.

Outras vezes, no assentamento de Juarina recebe-se as seguintes justificativas para não se ter acesso ao transporte escolar, por exemplo: que o ônibus não conseguiu chegar ao local simplesmente por ser um declive acentuado e o ônibus estar sem freio e com o câmbio com defeito, não tinha marcha a ré, isso acaba comprometendo ainda mais o acesso ao transporte escolar, dentre outras justificativas apresentadas.

Vê-se que, a ausência de um planejamento eficiente da política do transporte escolar por parte do município prejudica a disponibilidade de veículos, especialmente, dos que estejam adequados para atender a demanda dos alunos das áreas rurais<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> A reportagem que aborda a situação de crianças e adolescentes que se arriscam ao atravessar um córrego para acessar o transporte escolar no município de Juarina (TO) pode ser consultada no portal G1 Tocantins, disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/criancas-e-adolescentes-se-arriscam-em-corrego-para-pegar-onibus-escolar.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2025.

<sup>4</sup> Situações que evidenciam a precariedade das condições do transporte escolar em áreas rurais também são relatadas em reportagens jornalísticas. No município de Juarina (TO), por exemplo,

Diante dessa realidade, é fundamental que o poder público promova ações concretas para melhorar a situação do transporte escolar no assentamento P. A. Juarina e em outros locais rurais que tenha por perto da cidade. Investimentos na infraestrutura das estradas, aquisição de veículos mais adaptados e estabelecimento de rotas mais eficientes, são medidas importantes para garantir a segurança e o acesso à educação para os que residem nessa área.

Para embasar essas demandas, é necessário recorrer a autores que discutem os problemas enfrentados pelos assentamentos rurais e a precarização dos serviços municipais. Estudos sobre políticas públicas para o meio rural, como acesso à educação e transporte escolar, podem fornecer subsídios para a compreensão aprofundada da situação enfrentada pelos moradores do assentamento P. A. Juarina e contribuir para a busca de soluções mais efetivas.

### **2.3 Políticas públicas de transporte**

Torna-se necessário, inicialmente, compreender o conceito de políticas públicas, uma vez que estas constituem elemento central no processo de organização e implementação das ações estatais. Nesse sentido, as políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações, diretrizes e estratégias formuladas pelo governo com o objetivo de atender às demandas da sociedade e alcançar metas voltadas ao interesse coletivo. Quando tais políticas estão previstas no ordenamento jurídico, sua efetivação torna-se uma responsabilidade do poder público, de modo que a ausência ou fragilidade na sua implementação pode representar uma limitação no cumprimento das obrigações estatais diante das necessidades sociais (SILVA et al., 2017).

No gerenciamento dessas temos o conflito no relacionamento entre o Estado, o Governo e as Políticas Públicas, onde cada um deles tem seu papel definido. No conceito de Estado, temos que é o dever do Estado zelar pelo Bem-Estar-Social, conforme estabelece o artigo 193 da Constituição Federal do Brasil de 1988, que afirma que 'a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais' (BRASIL, 1988). Portanto é fundamental que as

---

estudantes chegaram a ficar sem aula após o ônibus escolar atolar em uma estrada em condições precárias, o que impossibilitou o deslocamento até a escola. Maiores detalhes podem ser consultados na matéria disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/estudantes-ficam-sem-aula-apos-onibus-atolar-em-estrada-precaria-no-tocantins.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2025.

políticas públicas sejam elaboradas e colocadas em prática para garantir o bem-estar social e os direitos sociais dos cidadãos.

A gestão pública descreve as ações que visam equalizar as diferenças sociais, por meio de definição de políticas públicas que são implementadas e pelos representantes do Estado. E encontramos uma linha tênue que está exatamente na junção destes três entes para que trabalhando de maneira funcional coloquem em prática toda a capacidade de execução das políticas públicas.

Analisando os conceitos de Estado, Governo e Políticas Públicas observo que a relação entre as três instâncias é complexa, pois cada uma é relacionada com a outra e são interdependentes, sendo que o Estado deve zelar pelo bem-estar social, o Governo é o gestor do processo e as Políticas Públicas são criadas para equalizar as diferenças existentes na sociedade. Essa relação entre as atribuições do Estado e do Governo para promover as Políticas Públicas, estão nas características previamente estabelecidas e no contexto sócio-histórico de cada período.

De acordo com Del Vecchio (1958) *apud* Bonavides (2000), o termo 'sociedade' envolve o conjunto de relações pelas quais os indivíduos vivem e atuam solidariamente, formando uma entidade nova e superior, sem se deter em teorias organicistas, que enfatiza o valor da sociedade, ou em teorias mecanicistas, que consideram a sociedade como mera soma das partes, partindo da premissa de que o homem é um ser social, o Estado desenvolve funções distintas e necessárias para a manutenção da vida e da coletividade (DEL VECCHIO, 1958, *apud* BONAVIDES, 2000).

Acredita-se que a função do Estado é zelar e organizar a sociedade civil. Neste sentido, o Estado passa a ser o conjunto de regras que visa proteger e atender a vontade geral, passando a ter capacidade decisiva e possuindo o poder de uso coercitivo da força. Além disso, a teoria de Silver (1994), destaca a importância da solidariedade social e da exclusão social na formação do Estado. No caso brasileiro, o Estado divide-se em três esferas: federal, estadual e municipal, caracterizadas como unidades autônomas, garantindo o equilíbrio do sistema (BRASIL, 1988).

O governo caracteriza-se como uma instância máxima de administração executiva, onde a sua principal atribuição nesse contexto é direcionar políticas públicas e regular a sociedade politicamente.

Políticas Públicas são ações do governo, portanto são revestidas da autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre o que fazer (ações) aonde chegar (metas ou objetivos relacionados ao estado de coisas que se pretende alterar) e como fazer (estratégias de ação) (RODRIGUES, 2010, p. 53).

O governo deve executar as políticas públicas, exercer o papel de governança, que pode ser entendida segundo Rodrigues (2010) a capacidade financeira e administrativa para implantar políticas públicas. As ações do governo são fundamentadas no poder político, na barganha dos interesses políticos, nas estratégias partidárias e ideologias de vários segmentos da sociedade.

Com isso, existe um debate totalmente dinamizado com grupos sociais, sindicatos e grupos empresariais. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (LULA), Castelo ressalta que:

Os sociais-liberais brasileiros propõem medidas de cunho administrativo para aumentar a efetividade das políticas sociais: 1) focalização dos gastos sociais nos “mais pobres dos pobres”, isto é, nos miseráveis; 2) avaliação do impacto das políticas sociais; e 3) integração dos programas sociais com todos os níveis governamentais – federal, estadual e municipal – e do setor privado (CASTELO, 2013, p. 351-352).

Então vemos que, a pressão pelos movimentos sociais faz com que o Governo tenha uma ação direcionada na execução de políticas públicas. As Políticas Públicas podem ser conceituadas como o processo em que diversos grupos, cujos interesses divergem, tomam decisões coletivas que direcionam a sociedade, repercutindo na economia e na sociedade em geral.

Logo, as políticas públicas se definem menos pela racionalidade de seus agentes institucionais e mais pela capacidade que a sociedade civil tem de influenciar as ações governamentais.

Para se definir uma política pública essa passa por algumas etapas, a primeira é a identificação de demandas e definição da agenda, a segunda é a formulação, a terceira é a implementação e a última etapa é a avaliação.

Portanto, temos que, o Plano Nacional de Educação vem figurando na história da educação desde 1823 com a elaboração da primeira constituição. O texto apresenta quais as atribuições do Estado em relação ao que a constituição estabelece, e define as instâncias e as ações da União, Estados e municípios.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO TRANSPORTE ESCOLAR

Atualmente, existem duas políticas públicas prioritárias para o transporte escolar, a saber: o Caminho da Escola e o PNATE. As duas políticas estão sob responsabilidade do FNDE. O Ministério da Educação (MEC), criou e implementou o programa Caminho da Escola em 2007, sua função é garantir prioritariamente o acesso e a permanência de estudantes residentes em áreas rurais e ribeirinhas nas escolas públicas de educação básica<sup>5</sup>.

O programa oferece ônibus, embarcações e bicicletas, fabricados especialmente para o tráfego nas regiões onde normalmente há dificuldades para chegar nas unidades de ensino, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte escolar. Também visa proporcionar a participação dos discentes em atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou de lazer, previstas no plano de ensino das escolas e realizadas fora do âmbito escolar.

São beneficiados por esse programa, estudantes da rede pública de educação básica, prioritariamente os residentes em áreas rurais ou ribeirinhas. Gestores estaduais, municipais e distritais são responsáveis pela aquisição dos veículos. A aquisição dos veículos é feita através de recursos do FNDE, recursos próprios ou linha de crédito junto a instituições financeiras.

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2004), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, (PNATE) é um programa que visa garantir o acesso à educação básica pública através do transporte escolar. O PNATE consiste

na transferência automática de recursos para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freios, suspensão, câmbio, motor, elétrica, e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte dos alunos da educação básica pública (BRASIL, 2004, p. 10).

Os recursos são destinados aos alunos da educação básica pública residentes em áreas rurais e que utilizam transporte escolar. Os valores são transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sendo depositados o recurso público para manutenção em duas parcelas anuais,

---

<sup>5</sup> Maiores informações sobre o Programa Caminho da Escola pode ser consultado no link disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 16 dez. 2025.

preferencialmente em março e agosto. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados anualmente aos entes federados é baseado no censo escolar do ano anterior *X per capita* definido e disponibilizado na página do FNDE para consulta.

### **3.1 Condições atuais do transporte escolar**

Quando analisamos as duas políticas apresentadas, grande parte dos problemas relatados no transporte escolar em Juarina, Tocantins, estão relacionados à falta de eficácia na execução das políticas públicas (PEREIRA; CORDEIRO; NASCIMENTO, 2024), podendo levar a problemas como: condições precárias dos veículos, falta de manutenção dos ônibus, estradas em más condições e ausência de um sistema mais organizado, desde que, os entes públicos envolvidos no processo de execução dessas políticas públicas estejam atentos, não haveriam possibilidades de ter relatos de problemas, com as condições do transporte escolar rural (CARVALHO; LEITE; NASCIMENTO, 2016).

Os alunos são transportados principalmente em ônibus, vans e veículos utilitários. Porém, foram identificados problemas relacionados à frota. Alguns desses veículos são antigos, desconfortáveis e não possuem cinto de segurança para todos os passageiros.

A maioria dos alunos reside a mais de 700m do ponto de ônibus, outros tem que se deslocar com a uma distância de 1 km e tem que esperar 30 minutos, outros 2 km e tem que esperar 40 minutos, o máximo é 4 km para poder chegar até o ponto do ônibus, tendo que sair uma hora antes de casa para conseguir pegar o ônibus, e ainda tem que ir caminhando até o ponto.

Em relação à avaliação dos serviços prestados, constata-se que há diversos aspectos que precisam ser melhorados. De acordo com Gentil (2016), os itens que apresentaram maior insatisfação por parte dos envolvidos são o conforto dos assentos, as condições ambientais dentro dos veículos, a limpeza e o estado de conservação, e que os ônibus quebram muito. Diante desses resultados, foram propostas sugestões de melhoria, sendo a aquisição de veículos novos essa foi uma das sugestões mais citada na pesquisa (GENTIL, 2016, p. 123).

Diante de tudo que foi apresentado o tempo médio de deslocamento até a escola é de até 30 minutos, para alguns, já para outros é uma hora para chegar até

a escola. As condições das estradas são precárias, há situações em que os ônibus não passam para pegar os alunos por causa das vias de acesso, estradas que o carro atola na lama ou pontes quebradas, tem vez que o ônibus passa semana sem carregar porque o coletivo está quebrado e que os estudantes quando chegam à escola ficam mais de meia hora esperando abrir os portões.

Por fim, vê-se que o transporte escolar público, especificamente o da área rural, necessita de investimentos nos ônibus e na estrada e capacitação dos funcionários motoristas para a prestação de serviço com qualidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com a pesquisa, considera-se que mesmo com a ausência do gestor municipal da Política de educação, ela trouxe elementos relevantes para uma reflexão sobre o transporte escolar rural no município de Juarina (TO). Diante disso, é essencial ressaltar a importância do transporte escolar rural no município de Juarina, pois, além de possibilitar o acesso à educação, também contribui para a inclusão social e o desenvolvimento da comunidade.

Dessa forma, é fundamental que sejam realizados investimentos no setor, visando à melhoria contínua do serviço e do atendimento prestados aos alunos da região. Com base nessas condições, foram elaboradas propostas de ações para melhorar o serviço prestado. É fundamental que sejam realizados investimentos, a fim de fornecer informações relevantes para futuras tomadas de decisões e melhorias nessa área.

Foi constatado também que, apesar do transporte escolar ser a única forma de atender as necessidades de deslocamento dos alunos residentes em áreas rurais, há diversos aspectos que precisam ser melhorados, como o conforto dos assentos, as condições gerais dos veículos, dentre eles, a limpeza e o estado de conservação dos veículos.

Este artigo sobre os impactos no transporte escolar no meio rural e a realidade do município de Juarina, Tocantins, também busca contribuir para a melhoria da qualidade do transporte oferecido aos estudantes, garantindo sua integridade e acesso igualitário à educação. Além disso, espera-se fomentar a discussão e conscientização sobre a importância de um transporte escolar eficiente e seguro para o meio rural.

A avaliação da segurança e efetividade do transporte escolar em um assentamento rural, é crucial para garantir o acesso à educação de qualidade para todas as crianças. A pesquisa proposta neste projeto pretende fornecer informações importantes sobre a percepção dos pais e responsáveis, assim como sobre as condições do serviço de transporte escolar. Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para melhorias nesse serviço, resultando em um acesso igualitário à educação para todas as crianças nas áreas rurais.

Diante da análise realizada, é possível concluir que os objetivos do estudo foram alcançados parcialmente, pois a pesquisa qualitativa realizada permitiu

identificar os principais problemas relacionados ao transporte escolar no meio rural, mas não foi possível coletar dados quantitativos suficientes, para analisar a realidade do transporte escolar no município de Juarina, Tocantins.

Os resultados da pesquisa demonstram que os serviços de transporte escolar enfrentam desafios significativos, incluindo veículos antigos e desconfortáveis, falta de cinto de segurança, problemas de manutenção e condições precárias das estradas. E a falta de investimentos em infraestrutura e a precarização dos serviços municipais, contribuem para agravar a situação.

As políticas públicas existem, como o Caminho da Escola e o PNATE, não estão sendo executadas de forma eficaz, o que acaba levando a problemas como condições precárias dos veículos, a falta de manutenção dos ônibus, estradas em más condições e ausência de um sistema mais organizado.

Portanto, é fundamental que o poder público promova ações concretas para melhorar a situação do transporte escolar no meio rural em Juarina, Tocantins, e em outros locais rurais que enfrentam problemas semelhantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 dez. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE**: manual de orientação. Brasília: FNDE, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

CARVALHO, Willer Luciano; LEITE, Poliana de Sousa; NASCIMENTO, Heitor Pereira. O processo evolutivo do transporte escolar rural brasileiro no modo rodoviário. *In: Revista Eletrônica de Engenharia Civil (REEC)*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 118-127, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/reec/article/view/42400/pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. *In: MOTA, Ana Elizabete (org.)*. **Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 345-368.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Caminho da Escola**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso em: 13 mar. 2025.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE)**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate>. Acesso em: 02 nov. 2025.

GENTIL, Rafaelli Freire Costa. Avaliação do impacto do transporte escolar para alunos de uma Instituição Federal de ensino. 2016. 282f. **Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)** - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/b0221712-c347-4824-9128-75d2264085ce>. Acesso em: 02 nov. 2024.

HANSEN, W. G. How accessibility shapes land use. *In: Journal of the American Institute of Planners*, v. 25, n. 2, p. 73-76, 1959. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01944365908978307>. Acesso em 05 jan 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Juarina (TO)**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/juarina/pesquisa/23/24248?tipo=ranking>. Acesso em: 13 dez. 2025.

PEREIRA, J. S.; CORDEIRO, A. P.; NASCIMENTO, H. P. **Desafios e limitações do transporte escolar rural no Brasil**: análise da efetividade das políticas públicas. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, v. 9, 2024.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SILVA, Allan Gustavo Freire da; MOTA, Leonardo de Araújo; DORNELAS, Carina Seixas Maia; LACERDA, Alecksandra Vieira de. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro**. *In: Revista Debates*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25–42, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/72132/41081>. Acesso em: 01 jan. 2025.

SILVER, Hilary. Exclusão social e solidariedade social: três paradigmas. *In: International Labour Review*, Genebra, v. 133, n. 5-6, p. 531-578, 1994.